


A EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA: DAS ORIGENS À CONTEMPORANEIDADE

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-105>

Jakson José Gomes de Oliveira

Doutor em Psicologia Social
Instituição: Universidade Federal do Pará
Endereço: Altamira, Pará, Brasil
E-mail: jaksonoliveira@ufpa.br

Ana Lúcia Almeida de Oliveira

Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia
Instituição: SEMED-ATM
Endereço: Altamira, Pará, Brasil
E-mail: luciaufpa2014@gmail.com

José Amadeu de Oliveira Filho

Especialista em Direito Processual Civil
Instituição: TJPA
Endereço: Tucuruí, Pará, Brasil
E-mail: ze.amadeu@bol.com.br

Lindomal dos Santos Ferreira

Doutor em Educação
Instituição: UFPA
Endereço: Altamiraí, Pará, Brasil
E-mail: lindomalsf@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um histórico da educação por meio da História, apresenta de maneira sintética as principais características da educação durante os vários períodos históricos aqui abordados, são eles: Educação do Homem Primitivo; Educação na Grécia; Educação na Idade Média; Educação na Reforma Protestante e na Contra Reforma; Educação do Homem Burguês e Educação Socialista. Quem foram os primeiros professores? Como se dava a transmissão desses conhecimentos? Quais as classes ou grupos de pessoas que tinham direito a educação? Qual o caráter (religioso, laico, público, privado, estatal) que a educação assume nos diversos períodos históricos? A quem servia a educação? Essas e outras questões são abordadas provocando uma oportunidade de reflexão sobre a educação no passado para uma melhor compreensão da educação no presente. O trabalho foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, a partir de uma análise dialética baseada nas concepções histórica da educação de autores como Aranha, Ponce, Manacorda, dentre outros, que corroboram com o aporte teórico que fundamenta a pesquisa.

Palavras-chave: Educação. História. História da Educação. Historiografia.



1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo o homem procura uma forma de melhorar (aprimorar) o meio em que vive em busca de conforto e segurança. Uma das formas encontradas foi o buscar de todas as formas ter o controle da natureza, bem como, a formação de sociedades para aprimorar conhecimentos em busca deste ideal.

Com o passar dos tempos percebe-se que a história da humanidade está diretamente vinculada ao conhecimento científico, haja vista, ser por meio da educação (conhecimento) a manutenção do poder, o que pode ser confirmado ao longo da história, uma vez que quem detinha o conhecimento também detinha o poder. E aprimorar o conhecimento mantendo nas mãos de poucos era também uma forma de manter o poder, o que está implícito ao longo da história da educação.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar um histórico da educação por meio da historiografia, apresenta de maneira sintética as principais características da educação durante os vários períodos históricos, estando estruturado da seguinte maneira: serão abordadas a Educação do Homem Primitivo; Educação na Grécia; Educação na Idade Média; Educação na Reforma Protestante e na Contra Reforma; Educação do Homem Burguês e Educação Socialista.

A busca de resposta para vários questionamentos que desvelarão questões como: Quem foram os primeiros professores? Como se dava a transmissão desses conhecimentos? Quais as classes ou grupos de pessoas que tinham direito a educação? Qual o caráter (religioso, laico, público, privado, estatal) que a educação assume nos diversos períodos históricos? A quem servia a educação? Estão abordadas nesta pesquisa. Essas e outras questões são discutidas provocando uma oportunidade de reflexão sobre a educação no passado para uma melhor compreensão da educação no presente. Cabe destacar que este capítulo foi publicado anteriormente no formato de artigo como primeira publicação na Revista Caderno Pedagógico volume 21 número 13.

2 EDUCAÇÃO DO HOMEM PRIMITIVO

Variedades da espécie humana existem pelo menos há meio milhão de anos. Ao longo dos últimos seiscentos ou quinhentos mil anos, vários grupos de coletores de alimento e caçadores viveram espalhados pela ampla extensão da terra. Mas, foi somente nos últimos seis ou oito mil anos que alguns homens passaram a dedicar-se a agricultura, nas margens dos grandes rios.

A educação dos povos primitivos consistia em promover o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas. Fato que podem ser observados ainda hoje entre os indígenas do alto Xingu (Kuarup), os papuas de Nova Guiné, os aborígenes australianos, os bosquímanos da África do Sul e Namíbia ou os inuits da Groenlândia.

Entre os povos primitivos a criança adquire o conhecimento necessário por meio da imitação das atividades dos adultos, primeiramente inconsciente e depois consciente. A importância da caça e



dos animais era retratada em pinturas no fundo das cavernas, por sua vez, acompanhadas de cerimônias mágico-religiosas destinadas a garantir o sucesso do caçador e a abundância da caça. A famosa pintura do “feiticeiro” mascarado de *Tróis Frères*, apoia tal interpretação. Essas cerimônias de iniciação possuem especial valor educativo nos aspectos: moral, social, político e religioso.

Ao agir, o homem imita os deuses nos ritos que tornam atuais, presentes, os mitos primordiais, ou seja cada um repete o que teria ocorrido com deuses no início dos tempos, Só assim a semente brota da terra, as mulheres se tornam fecundas, as árvores dão frutos, o dia se sucede à noite, e assim por diante (ARANHA, 2005, p.26)

Os povos primitivos acreditavam que o poder de sua tecnologia era limitado e recorreram a técnicas especiais de culto ou magia e da religião que hoje chamamos de animismo, ou seja, a crença de que tudo possui uma alma (árvores, rios, arcos e flechas, etc). Daí o tratamento dado aos mortos, que eram cuidadosamente sepultados com seus pertences pelo homem de Neandertal e por outros povos do Paleolítico Superior. Desse modo, torna-se necessário o aprendizado dos métodos que “apaziguarão” o mundo dos espíritos que constitui a parte mais importante da educação.

Os primeiros professores foram, inicialmente, as classes formadas pelos chefes de grupos familiares. Posteriormente, a instrução passa a ser dada pelos sacerdotes (pajés) que se constituem nos primeiros professores profissionais, ocasionando, desse modo, a proliferação de mitos e cerimoniais das complicadas regras sociais e de parentesco como pode-se observar nas sociedades indígenas contemporâneas.

3 EDUCAÇÃO NA GRÉCIA

A educação grega deu mais oportunidade ao desenvolvimento individual, o que chamamos hoje de educação liberal. Porém, os processos educativos eram separados de acordo com as classes sociais. Em Esparta, somente os espartanos que correspondiam a pouco menos da metade da população tinham direito a educação. Em Atenas apenas os homens livres, que correspondiam a 10% da população, tinham acesso à educação.

Para a classe dos governantes havia uma escola que preparava para o “pensar” (política) e o “fazer” (as armas). Aos trabalhadores não era oferecida nenhuma escola, mas treinamento no trabalho, através da observação e da imitação das atividades de outros adultos. Para as classes excluídas (escravos e estrangeiros), nenhuma escola e nenhum treinamento.

O ideal pedagógico já não pode ser o mesmo para todos; não só as classes dominantes têm ideais muito distintos dos da classe dominada, como ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite essa desigualdade de educação como desigualdade imposta pela *natureza* das coisas, uma desigualdade, portanto a qual seria loucura rebelar-se. (PONCE, 2005, p. 36)

Os indivíduos da classe dominante são guerreiros na juventude e políticos na velhice. A *Iliada* e a *Odisseia*, poemas atribuídos a Homero, retratam esse modelo de civilização heroica. Os *Ensinamentos de Quíron* (Hesíodo) constituem um patrimônio da sabedoria e da moralidade camponesa, mas infelizmente poucos fragmentos chegaram até nós. Os ensinamentos contidos nos poemas homéricos do período arcaico reapareceram na educação grega através da música e da ginástica.

Licurgo (Século IX a.C.) organiza o Estado e a Educação em Esparta. A educação passa a ser tarefa do Estado que confiava a um magistrado a educação dos meninos. O objetivo da educação em Esparta era o de formar o soldado ideal, obediente às leis, com coragem e perfeição física.

Em outras cidades dóricas e em Creta a educação também era estatal. Da periferia helênica à Magna Grécia surgem escolas de filósofos. A Escola de Pitágoras (Séc. VI a.C.) abre caminho para a educação de jovens como fundamento para as sociedades democráticas, porém essas escolas não eram públicas, nem estatais. Em Atenas, o Legislador Sólon apresenta ao tribunal o texto da lei que trata da educação ateniense, cujo ideal era a formação completa do cidadão (física e intelectual).

Com a escrita alfabética grega (Século V a.C.), surge a figura do mestre das letras do alfabeto ao lado dos mestres de ginástica e de música. Nesse período, o Estado passa a assegurar liberdade pessoal para todos os cidadãos livres, criando condições para o desenvolvimento da educação. A nova educação retórica para o dizer e o fazer é transmitida agora através das letras. A criança é educada pelos pais, nutris e pedagogo (escravo que acompanha a criança à escola); pelo gramático; pelo citarista e pedótriba (em escola privada); e pela cidade no aprendizado das leis e deveres dos Cidadãos.

A música e a ginástica eram reservadas aos homens livres, dignos desses ensinamentos. A gramática era geralmente ensinada por um pedagogo (escravo ou homem livre que caía em desgraça por dívida ou guerra). O castigo aos alunos era frequente por parte dos mestres. Também aconteciam casos em que os mestres eram agredidos por alunos. A situação dos professores de gramática era terrível, pois o ato de ensinar em troca de dinheiro era considerado indigno. Daí as críticas aos filósofos Sofistas que eram ambulantes e ensinavam por vultosas quantias.

Platão distinguia a educação privada (família) e a pública (polis). Aristóteles informa que no fim do Século IV a.C, na maioria das cidades gregas, a instrução era privada, porém era favorável a escola pública. Em todo o mundo grego a escola evolui graças a contribuições financeiras de particulares, de cidades ou de soberanos. Também a aprendizagem de ofícios, de mecânica e de medicina teve grande desenvolvimento nesse período.

Com o desmembramento do império de Alexandre a civilização grega se espalha por todo o império. A partir do Século II a.C. a instrução atingirá não somente as crianças livres, mas as meninas, os pobres e até os escravos. São criadas diversas bibliotecas, destacando-se a de Alexandria. Graças às obras dos gregos o saber torna-se universal.



4 EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA

Com o desmembramento do Império Romano do Ocidente e o surgimento dos reinos bárbaros (Século VI d.C.), verifica-se o gradual desaparecimento das escolas clássicas e o surgimento da escola Cristã (episcopal e cenobítica).

Houve um empobrecimento cultural com a perda da cultura clássica, que passou a sobreviver apenas nos pergaminhos dos mosteiros. O Papa Zenóbio no ano de 418 d.C. criou as primeiras escolas religiosas para que os padres aprendessem a ler, antes de ensinar. O modelo de escola foi a da sinagoga dos hebreus.

Os pais entregavam seus filhos para que fossem educados no sacerdócio. Nos mosteiros não havia distinção entre trabalho manual e intelectual. A disciplina educacional era severa e os castigos eram frequentes.

Em virtude das diferenças entre o Cristianismo e o saber grego e romano, vários padres ocuparam posições diferentes quanto ao ensino dos textos clássicos. A Igreja Cristã primitiva volta a sua atenção para a educação moral de seus membros. Podemos destacar nesse período a obra *De magistro* de Santo Agostinho.

Mais tarde, as escolas passaram a ser organizadas pelos bispos e se chamar escolas das catedrais. Destinavam-se a preparação do clero para a Igreja. Em virtude da conquista de novas almas para o sacerdócio houve a queda do preconceito contra a instrução dos mais pobres. O aumento do número de monges e abades contribuiu para a manutenção e cópia de manuscritos e a condensação do saber grego e romano nas Sete Artes Liberais: *Trivium* (Gramática, Dialética e Retórica) e *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia). (Manacorda, 2006)

No entanto, a cultura que os cenóbios ofereciam aos oblatos e os bispados e paróquias aos clérigos e monges eram pouca coisa se comparadas ao período greco-romano. E não era raro a existência de bispos e padres analfabetos.

Segundo Aranha (2005), a escolástica foi um movimento que surgiu durante a Idade Média e preocupou-se em demonstrar e ensinar a concordância da razão (cultura greco-romana) com a fé (cultura cristã). Santo Tomás de Aquino foi o maior expoente da Escolástica, aproveitou a contribuições dos autores clássicos em proveito da fé. Sua obra, a *Suma Teológica*, é o ápice desse movimento.

Conforme Aranha (2005, p 73) “no período áureo da Escolástica (séculos XII e XII), os teólogos procuram apoiar a fé na razão, a fim de melhor justificar as crenças, converter os não-crentes e ainda combater os infiéis”.

Nas cidades, as paróquias e os cenóbios são as novas escolas para as crianças de origem humilde. Os mais capacitados são encaminhados aos colégios canônicos (escolas episcopais) responsáveis pela formação do clero.



No final do Século VII, Carlos Magno, Rei dos Francos, aclamado Imperador do Ocidente pelo papa, acolhe intelectuais em sua corte e promove um rápido renascimento cultural, assumindo a educação como dever do Estado, apesar de ser exercida pela Igreja. Carlos Magno confiou a educação de seus filhos aos doutos clérigos para serem instruídos nas letras, mas não descuidou de adestrá-los na caça e na equitação, educação reservada aos nobres.

Quanto aos ofícios artesanais: ourives, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, etc..., continuam a existir no período, mas os seus ensinamentos continuam sendo transmitidos de pai para filho (mestre para discípulo).

Com a Crise do Império Carolíngio, a Igreja passa a ter controle sobre o direito da escola, estendendo nas paróquias o ensino aos mais pobres. Se não as letras, pelo menos na doutrina cristã. Também permitiu aos clérigos ensinarem fora dos muros das cidades, castelos e dos mosteiros, o que contribuiu para libertar os mestres do domínio feudal. Esses mestres vagantes são os ancestrais dos goliardos.

Os mestres livres ensinavam as Sete Artes Liberais do *trivium* e do *quadrivium*. Mas surgiram escolas de outras disciplinas como a Medicina, Jusrisprudência e nos mosteiros a Teologia.

Os goliardos eram clérigos viajantes que se reuniam para ouvir outros mestres darem palestras sobre sua arte. Inicialmente foram condenados pela Igreja, pois frequentemente saíam dos mosteiros sem autorização. Posteriormente passaram a ser protegidos, tanto pelo Poder Imperial quanto pela Igreja.

No final da Idade Média surgem as Universidades, com o nome inicial de *Studium generale*. No fim do Século XIV são denominados *universitas litterarum*. Nápoles, Paris, Bolonha, Salerno, Oxford, Viena e Salamanca são universidades importantes que surgiram nessa época. Foram os primeiros exemplos de organizações verdadeiramente democráticas.

5 EDUCAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE E NA CONTRA REFORMA

A reforma religiosa e a ciência moderna contribuíram para o rompimento do equilíbrio político existente entre a Igreja e o Estado, resultado do surgimento de novas ideias e novos fatos educacionais que anunciavam tempos modernos.

A reforma religiosa dividiu os cristãos em católicos e protestantes, provocando mudanças políticas, sociais, culturais e educacionais, acelerando a renovação da Igreja Católica que reagiu com o Concílio de Trento, o Tribunal da Santa Inquisição e a Companhia de Jesus.

Na Alemanha protestante, Lutero contribuiu para que a educação se libertasse da Igreja, ampliando o acesso à escola e tornando a frequência obrigatória. A instrução não visava apenas à continuação dos estudos, mas também ao trabalho.



Lutero defende uma escola nova que seja capaz de realizar em três anos um programa educativo que a escola clerical realizava em uma vida inteira. Incentivou o uso da língua vernácula. O objetivo da instrução está centrado na sua utilidade social, ou seja, formar homens capazes de governar e mulheres capazes de cuidar da casa. Uma educação realista voltada para a praticidade. Ele tenta conciliar o trabalho manual produtivo e o trabalho intelectual. Segundo Manacorda (2006, p. 196) para Lutero “mesmo se não existisse nem alma, nem inferno, mesmo assim deveríamos ter escolas para as coisas desse mundo”.

A Igreja Católica não ficou imóvel aos avanços protestantes. A Contra Reforma é caracterizada pela defesa intransigente dos católicos sobre os privilégios e direito da educação. O Concílio de Trento condenou várias espécies de livros, incluindo os heréticos (Lutero, Calvino, Zwínglio e outros similares). *O Index librorum prohibitorum* impedia qualquer possibilidade de os livros serem impressos.

O Concílio de Trento também tratou de reorganizar as escolas das catedrais, dos mosteiros e os conventos, regularizando o estudo da gramática, das Sagradas Escrituras e da Teologia. Quanto a Escola dos Jesuítas era constituída de um sistema educacional eficiente, principalmente a educação secundária e a superior, visando à formação do clero e de líderes

6 EDUCAÇÃO DO HOMEM BURGUÊS

As revoluções burguesas e a consolidação do capitalismo industrial acarretaram profundas mudanças na vida política, econômica e social da Europa no início do Século XIX. Podemos sintetizar a instrução ideal da burguesia quanto a universalidade, gratuidade, estatalidade e renovação cultural. No entanto, ao lado da classe burguesa surge outra, o moderno proletariado industrial.

Com o advento da Revolução Industrial, os modos de produzir os bens materiais transformaram a sociedade. Grandes massas de trabalhadores são deslocadas dos campos para as cidades para trabalharem nas fábricas, provocando conflitos sociais e a extinção das velhas corporações de artes e ofícios.

Os trabalhadores perdem todo o conhecimento dos ofícios artesanais que obtinham através do aprendizado (mestre-discípulo) das velhas corporações e passam a ocupar-se apenas de uma parte do processo produtivo (divisão do trabalho). Mas, os ritmos das mudanças e do progresso das fábricas exigiam mão de obra qualificada. Tal necessidade será o tema dominante da pedagogia moderna: a instrução do técnico-profissional, provocando o surgimento de uma escola para os pobres, ao lado das escolas dos ricos. Surgiram assim, as escolas infantis na Inglaterra, ao lado das fábricas. Inicialmente de caráter assistencialista e posteriormente de caráter de educação básica.



Na Alemanha, Froebel cria os *Kindergarten*, os primeiros jardins de infância) com atividades educativas, formas de expressão e grande importância a auto atividade das crianças. Essas escolas espalharam-se para a Europa e Estados Unidos.

As escolas elementares são divididas em duas: as de ensino mútuo (classe populares) e as de tendências pestalozzianas (classe burguesa).

Pestalozzi entendia a educação como principal meio de reforma social, desde que se respeitasse a natureza e o desenvolvimento do aluno.

Quanto ao ensino técnico-profissional, começam a ser criados os primeiros Institutos de Mecânica na Inglaterra. Ao lado das Universidades surgem as Escolas Superiores de Engenharia. Assiste-se também ao renascimento da educação física ministrada nos ginásios e nas escolas militares, que culminaram com o surgimento das olimpíadas modernas.

Na segunda metade do Século XIX, todo o sistema de educação, do elementar ao superior, já era estatal na maior parte da Europa. Enquanto isso, no campo e na indústria a educação passa paulatinamente de privada para estatal, demonstrando a preocupação do Estado com a formação de mão de obra qualificada e o atendimento das reivindicações das classes trabalhadoras que queriam estudar.

Esse sistema de educação de caráter geral desenvolve-se primeiro na Alemanha, para em seguida surgir na França. Na Inglaterra e Estados Unidos, a educação demorou um pouco mais para ser transferida das congregações religiosas para o poder estatal.

A escola única para todos começa a impor-se na Europa. O ensino passa a ser público, gratuito e obrigatório, atendendo também as necessidades das classes trabalhadoras. No entanto, continuava a existência de duas escolas, uma de qualidade para a burguesia e uma precária para o proletariado

7 EDUCAÇÃO SOCIALISTA

No início do Século XIX surge uma nova onda de utopias educacionais que se relacionam estreitamente com as revoluções industriais e políticas. Todas abordam a divisão do trabalho na fábrica, as péssimas condições de vida dos operários, a oposição entre trabalho manual e intelectual.

Saint-Simon, em 1825 fala de um novo “cristianismo” e sua escola se constitui em uma igreja. É o típico exemplo de uma utopia de forte inspiração religiosa. Fourier propõe uma educação harmônica que exalta a espontaneidade, o jogo e as diversas experiências das crianças. Defende ainda a coincidência entre o interesse individual e o coletivo. Etienne Cabet, em 1840, defende uma instrução elementar que abrangesse todos os conhecimentos para se alcançar uma educação especializada. Robert Owen, industrial e filantropo inglês, institui um sistema de instrução e organização de trabalho, com a finalidade de restituir a cultura e a dignidade humana aos operários. (PONCE, 2005).



O socialismo marxista, ao contrário dos utópicos acima, apresenta-se como antagonista e herdeiro da tradição burguesa. Para Marx o socialismo não rejeita, mas apropria-se de todas as conquistas ideais e práticas da burguesia no campo da instrução. Acrescenta, porém, a crítica pela incapacidade da burguesia em realizar seus programas.

No Manifesto Comunista de 1848 está explícito a união da instrução-trabalho e da educação pública e gratuita de todas as crianças. Marx não pensa, entretanto, em uma educação profissional para as crianças da classe operária, mas em uma instrução profissional universal. Uma instrução nas estruturas escolásticas e nas estruturas produtivas e uma instrução tecnológica que pudessem fornecer um conhecimento das ciências e a capacidade prática em todas as áreas de produção.

Marx procura a união entre a instrução e o trabalho industrial, buscando com isso transformar a antiga realidade social, criando uma nova realidade onde os seus indivíduos desenvolvam todas as suas capacidades, ou seja, o homem onilateral.

Em 1897, Lênin já dizia que não era possível conceber o ideal de uma nova sociedade sem conjugar a instrução do trabalho de uma nova geração com a instrução isolada do trabalho.

Em outubro de 1917 a União Soviética passa a ser o primeiro país a ter uma experiência socialista. Com as instaurações dos revolucionários no poder, o mundo divide-se em dois blocos: o capitalista liderado pelos Estados Unidos e o socialista liderado pela União Soviética. Surgem partidos socialistas em diversos países do mundo, preocupados em transformar a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária.

Durante a revolução socialista, Lênin e sua esposa Krupskaja elaboram uma “escola única do trabalho” para orientar todo o desenvolvimento do sistema de instrução da União Soviética e demais países socialistas.

No entanto, coube a Makarenko que elaborou uma pedagogia original, anti-rousseauiana, reformar a educação soviética, com base no trabalho produtivo e na supremacia do “coletivo” sobre o individual, na disciplina e na solidariedade humana.

Após a 2ª Guerra Mundial assistimos ao progresso tecnológico e ao amadurecimento das consciências das classes trabalhadoras, principalmente por parte dos estudantes, bem como as desigualdades nas relações educativas e a opressão social do capital sobre os trabalhadores.

8 CONCLUSÃO

Durante essa breve “viagem” pela História da Educação ao longo de alguns períodos da história humana, percebemos o quanto ela foi utilizada como símbolo e fonte de poder. A educação sempre teve como característica o seu caráter elitista.

Nas sociedades primitivas a educação estava reservada a um pequeno grupo de pessoas (pajés, feiticeiros, etc) que a utilizavam em cerimônias mágico-religiosas (animismo), transmitindo os

costumes das tribos às próximas gerações. Geralmente as práticas desses rituais eram transmitidas de pais para filhos. Aos outros membros da tribo, a única educação era a imitação das atividades realizadas pelos adultos (caça, pesca, etc.).

Na Grécia, apesar do grande desenvolvimento intelectual (Filosofia e arte), da racionalidade e da liberdade política e moral, verificamos que a educação continua sendo exclusividade das classes dominantes, pois apenas os homens livres tinham o direito a ela, ou seja, apenas 10% da população. O restante da sociedade grega tinha, apenas, um treinamento para executar os trabalhos manuais e agrícolas, geralmente através da observação e imitação.

Torna-se evidente a divisão entre o trabalho intelectual, reservado aos membros da pólis (homens livres) e o trabalho manual, reservado aos pobres, escravos e estrangeiros. No entanto, com a expansão do Império de Alexandre (que ia da Grécia à Índia e da Macedônia ao Egito), e sua posterior desagregação, proporcionou a expansão da cultura helênica por todo o território do Império, provocando o surgimento de muitas bibliotecas, entre as quais a de Alexandria. A instrução a partir desse momento não atingirá somente as crianças livres, mas as meninas, os pobres e até os escravos. O saber grego torna-se universal.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, a cultura e o saber clássico (greco-romano) entram em decadência na Europa. Houve um empobrecimento cultural de toda a sociedade. No entanto, a cultura clássica sobrevive nos mosteiros que a preservam nas Sete Artes Liberais (*Trivium e Quadrivium*). No entanto, a maior parte da população não tinha acesso às letras e recebiam apenas uma educação nas doutrinas religiosas.

A Igreja passa a instruir os filhos dos governantes, os senhores feudais preocupando-se também com a moral dos membros do clero. A educação continua reservada a uma pequena parcela da população, destinada ao governo e a administração da sociedade feudal. Houve, no entanto, uma maior valorização do trabalho manual nos mosteiros, através dos monges-artesãos, porém, esse trabalho ainda era reservado às classes subalternas e sua instrução era de caráter familiar passava de pai para filho.

Em virtude do desenvolvimento das ciências surge a escolástica, que procura unir o saber clássico em proveito do Cristianismo, conservando a educação sob a tutela exclusiva da Igreja. Mas, a história é dinâmica e a educação começa a se libertar das amarras da Igreja e dos senhores feudais, na medida em que é permitido aos monges ensinarem fora dos mosteiros e dos muros das cidades. Surgem assim, no final da Idade Média, as primeiras universidades através desses monges viajantes que ensinavam as Sete Artes Liberais.

Com o fim da Idade Média, a ciência e a descoberta de novos continentes aceleram a reforma religiosa da Igreja Católica. A fé não era mais a mola que impulsionava a sociedade. A pólvora, a



imprensa e as caravelas propiciaram o enriquecimento de uma classe de mercadores que se aliavam aos soberanos dos novos reinos europeus.

Na Alemanha Protestante, a educação se liberta das “amarras” da Igreja Católica e passa paulatinamente à tutela do Estado. A educação passa a ter um objetivo prático, os livros passam a ser impressos na língua vernácula (alemão e outros idiomas), maior liberdade para a propagação das novas descobertas das ciências e valorização do lucro (proibido pela Igreja Católica). O acesso às escolas é ampliado e a frequência torna-se obrigatória, proporcionando grande desenvolvimento aos países protestantes.

A Igreja Católica reage aos avanços protestantes com a Contra Reforma o Concílio de Trento, a Companhia de Jesus e o Tribunal da Santa Inquisição. A Escola dos Jesuítas foi modelo de educação nos países católicos, dando ênfase ao ensino secundário e ao superior. A Igreja Católica reorganizou também as escolas das catedrais, os conventos e os mosteiros.

As revoluções burguesas e a consolidação do capitalismo industrial acarretam mudanças políticas, econômicas e sociais profundas, mas a educação de boa qualidade continua sendo prerrogativa das classes dominantes. No fim do Século XVIII, os ideais burgueses de universalidade, gratuidade, estatalidade e renovação cultural ainda estão restritas a uma pequena parcela da população. Os trabalhadores, que compreendem a grande maioria da população, são privados agora dos conhecimentos dos seus ofícios artesanais e agrícolas e passam a ocupar-se de apenas uma parte do processo de produção das fábricas.

A grande massa de trabalhadores vive em miséria absoluta, mas em contrapartida aumenta a demanda por mão de obra qualificada, levando ao surgimento de escolas para os pobres, ao lado das escolas dos ricos. Surgem assim, as primeiras escolas elementares na Inglaterra. Na Alemanha, surge os jardins de infância que se espalham pela Europa e Estados Unidos. O ensino técnico-profissional é impulsionado com a criação dos Institutos de Mecânica. E ao lado das Universidades surgem os Institutos Superiores de Engenharia. No final do Século XIX, quase todo o sistema educacional da Europa era estatal. A escola única passa a impor-se passando a ser pública, gratuita e obrigatória. A Igreja Católica perde grande parte de sua influência na área educacional.

Na primeira metade do século XIX, surge na Europa uma onda de novas utopias que abordam a divisão do trabalho nas fábricas e as condições de vida dos operários, mas, é com Marx que o socialismo se apresenta como antagonista da burguesia.

Marx não rejeita as conquistas da burguesia no campo da educação, mas lança a crítica, a sua incapacidade de realizar seus programas. Procura a união da instrução escolástica com a instrução do trabalho, criando uma realidade nova, capaz de desenvolver todas as potencialidades de seus indivíduos, o homem onilateral.



No entanto, a primeira experiência socialista só ocorre de fato em 1917, com a chegada dos revolucionários ao poder na União Soviética. Cabe a Makarenko a elaboração de uma pedagogia que irá reformar o ensino na União Soviética e demais países socialistas, baseada no trabalho produtivo e na supremacia do coletivo sobre o individual.

Tivemos a oportunidade de verificar as diversas características que adquire a educação através dos diversos períodos históricos abordados, mas cremos ser de fundamental importância questionar o modelo de escola que predomina em nossa sociedade atual.

Observamos que a escola durante muito tempo desenvolveu um papel de formar a maioria dos cidadãos para o mundo do trabalho, aptos a ocupar o seu espaço em uma sociedade estática e finalizada, onde a educação deveria apenas ser repassada, ensinada, sem a possibilidade de uma nova (re)leitura da História. Esse é o modelo de escola que predomina no Brasil, compromissada com os interesses das classes dominantes, reacionária e controlada ideologicamente para reproduzir as desigualdades presentes nos ideais burgueses do século XIX.

A História não é estática, está em constante mudança. Paradigmas que foram defendidos ferrenhamente, hoje dão lugar a novos paradigmas, a novas visões de mundo, que questionam as relações entre os diversos sistemas que constituem a nossa sociedade. Essas mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas, acabam refletindo-se diretamente na escola, por ser ela considerada um agente que possibilita a transformação do homem como ser social, através da educação.

Diante de um mundo caracterizado por constantes e rápidas modificações, torna-se necessário a mudança da escola e da educação, com base em duas ideias centrais: o aluno como centro e sujeito da própria educação e os métodos ativos nos quais o próprio aluno constrói o conhecimento. Possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento pleno da personalidade humana, fortalecendo o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais individuais e coletivas, bem como a tolerância e a amizade entre os povos e o respeito pelas minorias.



REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2005.

GARCIA, Eduardo. História da Civilização. Volume 1. São Paulo, Editora Égira, 1978.

MANACORDA, Mário Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias / Mário Alighiero Manacorda; tradução de Gaetano Lo Mocano; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 2006.

PILETTI, Claudino e PILETTI, Nelson. História da Educação. São Paulo, Editora Ática, 1997.

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de classes. São Paulo: Cortez, 2005.